

371.671
5231P

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
FACULDADE DE LETRAS E ZOOTECNIA
DEPARTAMENTO DE LETRAS

PROGRESSÃO CONTINUADA OU SERIAÇÃO?

Washington Rangel Campos Dos Santos

UNEMAT	
CAMPUS UNIVER	DE PONTES E LACERDA - MT
E	ECA REGIONAL
TOMBO Nº 00115986	
DATA: 29 / 04 / 16	
CONTROLE: 92620863	
☐ COMPRA ☒ DOAÇÃO ☐ PERMANECER	

Pontes e Lacerda – MT

Outubro / 2015

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
FACULDADE DE LETRAS E ZOOTECNIA
DEPARTAMENTO DE LETRAS

Washington Rangel Campos Dos Santos

PROGRESSÃO CONTINUADA OU SERIAÇÃO?

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Letras como requisito para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Letras, da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) – Campus Universitário de Pontes e Lacerda.

Orientadora: Prof.^a Me. Vanessa Fabiola Silva de Faria.

Pontes e Lacerda – MT

Outubro / 2015



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS



ESTE TRABALHO MONOGRÁFICO FOI DEFENDIDO E APROVADO PELA SEGUINTE
BANCA EXAMINADORA:

Prof.ª Me. Vanessa Fabiola Silva de Faria (orientadora)

Prof. Esp. Antônio Gomes (membro)

Prof.ª Dr.ª Teresa de Pazos da Silva (membro)

Pontes e Lacerda - MT
dezembro de 2015

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, meu guia, meu socorro nas horas de angústia, ao meu pai Carlos Raimundo dos Santos, à minha mãe Cleuseni Maria Campos dos Santos que sempre acreditou em minha capacidade e a meu irmão Wenderli Rangel Campos dos Santos, estendo também esta dedicatória aos meus amigos, pelas alegrias, tristezas e dores compartilhadas. Galera que entre um intervalo e outro me apoiaram e me ajudaram a melhorar tudo o que tenho produzido na vida.

AGRADECIMENTOS

A conclusão do ensino superior é sempre marcada por um misto de alegria, ansiedade e tristeza. Alegria de ter vencido mais uma etapa de nossas vidas, ansiedade pela certeza de que, apesar disso, ainda há muito que realizar e tristeza pelo fato de ter que deixar os amigos que fizemos durante estes quatro anos, para darmos continuidade nos nossos projetos.

Agradeço aos meus pais e meu irmão que me incentivaram e apoiaram durante todo esse tempo dedicado à vida acadêmica, que respeitaram a minha vontade, me encorajaram e animaram para que eu não desistisse pudesse chegar ao término do curso de licenciatura em letras, agradeço a compreensão dos mesmos nos momentos que seriam para estar com eles, e me faziam distante na busca de novos conhecimentos que enriqueceriam minha formação acadêmica dando um novo sentido a mais uma etapa da minha vida.

Aos meus amigos que me ajudaram e colaboraram nesta trajetória, nascendo com isto uma profunda amizade que se fortaleceu durante estes quatro anos e meio de faculdade. A minha orientadora Vanessa Fabiola que me auxiliou e colaborou para a realização deste trabalho. Sua ajuda foi de extrema importância, assim como sua compreensão e disposição em me atender nas horas que precisei. Agradeço-lhe muito. Que Deus te abençoe.

SUMÁRIO

Introdução.	3
Capítulo 1 – Panorama da Educação no Brasil: dos jesuítas à escola ciclada ..	4
1.1 - A missão jesuítica no Brasil e as primeiras escolas.....	5
1.2 - O período republicano e as reformas educacionais: a escola seriada	7
1.3 - Anos 80 do século XX: a escola ciclada.	11
Capítulo 2 – História, produção e memória do livro didático.	17
2.1 – O Papel dos Livros Didáticos na Escola.....	24
Capítulo 3 – Progressão continuada ou seriação?	26
3.1 – A Contradição nos Materiais Didáticos.	28
Considerações Finais.....	32
Referências Bibliográficas:	36
Anexos.	39

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a implantação da organização escolar em ciclos de aprendizagem, no Ensino Fundamental. Compreende-se que esta organização escolar está inserida num contexto contraditório, visto que o sistema de progressão continuada ainda apresenta características seriadas. Nesse sentido, para chegarmos ao embate entre ciclo e seriação foi buscado nesta pesquisa um conjunto de ideias e fatores que contribuíram para a organização de ambas as estruturas. Os pressupostos e antecedente destas duas linhas de organização de ensino foram buscados desde suas origens com a chegada dos Portugueses e dos Jesuítas ao território do Novo Mundo até a atualidade, procurando explicitar, em cada etapa dos nossos estudos, as principais características que contribuíram para a transformação do nosso sistema de educação. Todo este apanhado histórico irá nos possibilitar um maior entendimento para que possamos discutir a questão da implantação dos ciclos como forma de organização do Ensino Fundamental e compreendermos a contradição existente dentro do mesmo. É a partir desta contradição dentro do sistema que organiza o ensino fundamental que temos a pergunta que irá nortear os nossos estudos neste trabalho "O sistema de Ensino Fundamental mato-grossense é ciclado ou seriado?".

Palavras-chave: Ciclo, Seriação, Organização, Contradição.

ABSTRACT

The present work has as object of study the deployment of school organization in learning cycles, in elementary school. It is understandable that this school organization is inserted in a contradictory context, since the continued progression system serial features yet. In this sense, to get to the clash between cycle and Seriation was sought in this research a set of ideas and factors that contributed to the Organization of both structures. The assumptions and background of these two lines of teaching organization were fetched from its origins with the arrival of the Portuguese and the Jesuits to the territory of the new world to the present, seeking to clarify, at every stage of our studies, the main features that have contributed to the transformation of our education system. All this caught us a history greater understanding so that we can discuss the issue of deployment of cycles as a form of organization of elementary school and understand the contradiction within the same. It is from this contradiction within the system which hosts primary school we have to question that will guide our studies in this work "the elementary school system mato-grossense is cycled or show?"

Key-words: cycle, Seriation, organization, Contradiction.

Introdução.

O presente trabalho foi idealizado a partir de reflexões realizadas no decorrer do curso de Licenciatura Plena em Letras e visa discutir a implantação da organização escolar em ciclos de aprendizagem, no Ensino Fundamental. Compreende-se que esta organização escolar está inserida num contexto contraditório, visto que o sistema de progressão continuada ainda apresenta características seriadas. Nesse sentido, para chegarmos ao embate entre ciclo e seriação foi realizada uma pesquisa bibliográfica, desde os primórdios da educação no Brasil, buscado assim um conjunto de ideias e fatores que contribuíram para a organização de ambas as estruturas.

Tendo em vista a necessidade de buscarmos os fatores históricos da nossa educação, o trabalho aqui apresentado trás as principais transformações educacionais dispostas em uma sequência linear, o primeiro acontecimento a ser observado se dá entre 1549 e 1759, que é marcado pelos colégios jesuítas que inicia o percurso educacional no território do Novo Mundo, o segundo momento que observaremos ocorre entre 1759 e 1827 e trás as "Aulas Régias" instituídas pela reforma pombalina, o terceiro acontecimento descrito nesta pesquisa acontece entre 1808 e 1890 onde temos a chegada da Família Real ao Brasil e, as primeiras tentativas de se organizar a educação, o quarto período descrito se constitui entre 1890 e 1931 que é marcado pela criação das escolas primárias nos estados na forma de grupos escolares, impulsionada pelo ideário do iluminismo republicano.

O quinto período ocorre entre 1931 e 1961 e se define pela regulamentação, em âmbito nacional, das escolas superiores, secundárias e primárias, incorporando crescentemente o ideário pedagógico renovador. E para finalizarmos o nosso breve sobrevoo sobre as bases da nossa Educação traremos o sexto período, que se estende de 1961 aos dias atuais, onde temos a unificação da regulamentação da Educação Nacional abrangendo a rede pública (municipal, estadual e federal), e a implantação do Sistema Ciclado de Ensino.

Para que seja possível falarmos da contradição existente no Ensino Fundamental faz-se necessário observarmos também alguns contornos e implicações que envolvem a adoção do livro didático nas escolas públicas brasileiras, visto que o problema que apontamos neste trabalho se instaura nos livros didáticos. Tendo em vista esta necessidade, faremos uma breve retrospectiva histórica sobre o processo de construção do livro didático. Logo em seguida observaremos os mecanismos que levaram os livros didáticos a serem considerados em muitos dos casos como o principal, senão o único objeto de trabalho na sala de aula, em muitas escolas da rede Pública de Ensino, o que o torna um instrumento primordial tanto para o aluno quanto para o professor.

Após observarmos todo contexto histórico que originou o nosso Sistema Escolar e o contexto que originou a produção dos materiais didáticos, vistos como uma ferramenta indispensável no processo de ensino-aprendizagem passaremos para a parte central de nosso trabalho, onde iremos apresentar os materiais didáticos, que ainda hoje são produzidos, seguindo conceitos seriados o que nos leva a perguntar: "Do que adianta termos em vigor a progressão continuada, se os materiais didáticos ainda vem seriados desrespeitando todas as noções de ciclos de aprendizagem/desenvolvimento do aluno?". Por fim encerraremos nosso trabalho, trazendo algumas considerações sobre nosso sistema contraditório de ensino e apresentando algumas observações que poderiam contribuir para a eliminação deste problema que se instaura nas nossas escolas e põe em risco a qualidade do ensino.

Capítulo 1 – Panorama da Educação no Brasil: dos jesuítas à escola ciclada.

Observaremos neste primeiro capítulo uma breve retrospectiva histórica sobre a Educação Brasileira, que se iniciou com a chegada dos Portugueses e

dos Jesuítas no território do Novo Mundo e finalizaremos esta primeira etapa com o fim do Império e a Proclamação do Movimento Republicano em 1889, onde se inicia a estrutura seriada de ensino, que também será discutida em nosso estudo. Para não prolongarmos muito os nossos trabalhos iremos apresentar, neste tópico, somente as grandes rupturas/marcas que resultaram nas grandes transformações da nossa Educação.

Estudar a História da Educação no Brasil não é muito difícil, pelo fato de que a mesma evolui em rupturas marcantes. A primeira destas rupturas originou-se com a chegada dos portugueses ao território do Novo Mundo em meados de 1549, porém para entendermos melhor este primeiro marco da nossa Educação, faz-se necessário entendermos o contexto anterior à chegada dos portugueses em nosso território. Em meados do século XVI, em Portugal, a Igreja e o Estado encontravam-se unidos em prol a interesses comuns, e buscavam defender a estrutura social tripartite e hierarquizada, que divide a sociedade em três camadas, sendo estas a; camada dos que lutam, dos que rezam e por fim a dos que trabalham. Esta aliança entre o clero e a aristocracia define o cenário Político Português, que controla o poder e inicia o plano de colonização do Novo Mundo.

Observarmos este momento antecedente à chegada dos portugueses no território do Novo Mundo é primordial para os nossos estudos, pelo fato de que é a partir desta aliança citada acima, que se dá o início do projeto de colonização do Brasil e por consequência desta união entre clero e aristocracia que à igreja envia juto com os colonizadores os Jesuítas, que inicia a segunda ruptura nesta jornada que abre caminho para à Educação no Brasil.

1.1 - A Missão Jesuítica No Brasil e as Primeiras Escolas.

A atuação dos Jesuítas no Novo Mundo deve ser observada pelo prisma de missão, ou seja, diferentemente do que ouvimos. Os Jesuítas vieram para o

Brasil com a finalidade de catequizar os índios, diferente da finalidade do Estado com o seu projeto de invasão, visto como colonização. Completamente diferente do Estado, os Jesuítas são missionários, que por volta de 1550, direcionaram suas ações de Ensino por todo o mundo, com a finalidade de barrar a Reforma Luterana e ampliar seu território, reconquistando os espaços perdidos e alcançando novas fronteiras.

A partir dessa necessidade de novas conquistas é que se caracterizou o avanço das missões jesuíticas, tanto no novo continente (Brasil), quanto no velho continente (Europa). Porém, a chegada dos jesuítas em 1550, não trouxe somente os costumes e a religiosidade européia para o Brasil; com eles vieram também os primeiros métodos pedagógicos.

Estes métodos jesuíticos duraram aproximadamente 210 anos, quando surge uma nova ruptura que se dá com a expulsão dos mesmos em 1750, por Marquês de Pombal, para atingir a transformação da nação portuguesa, e fortalecer o Estado e o poder do rei. Agora sem a presença dos Jesuítas na Educação e colonização, surge uma reformulação do Sistema de Ensino das metrópoles e das colônias. Tentaram-se durante este período as aulas régias e o subsídio literário, porém se existia alguma coisa muito bem estruturada em termos de Educação durante o período jesuítico o que se viu neste período foi o mais absoluto caos, que perdurou até a chegada da Família Real, que migra para o Brasil fugindo de Napoleão em meados de 1808.

Até o presente momento em questão não se tem um sistema Educacional propriamente dito nas terras brasileiras, mas com a vinda da Família Real, acarretou grandes mudanças no quadro das instituições educacionais da época o que marcou uma nova ruptura em relação ao cenário educacional anterior. Com a chegada de D. João VI, ao Brasil surgem às primeiras Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e a Imprensa Régia, considerada como o fator mais marcante em termos de mudança gerada pela vinda da Família Real. No entanto, a educação continuou a ter uma importância secundária, pode-se

observar isto pelo fato de que em outras colônias, nesta mesma época, já existiam muitas universidades e, a nossa só surgiu em 1934, em São Paulo.

Pouco se fez pela Educação durante o período do Império, incluindo D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II e, apesar de todas as mudanças muitos reclamavam da falta de qualidade da Educação.

1.2 - O Período Republicano e as Reformas Educacionais: A Escola Seriada.

Com o fim do Império surge um novo marco no âmbito educacional, em meados de dezembro de 1870 com a Proclamação do Manifesto Republicano. Os primeiros anos da República, caracterizaram-se por várias propostas educacionais, visando à inovação do Ensino, no entanto não foi feita nenhuma evolução que pudesse ser considerada marcante ou significativa em termos de modelo educacional o caos na Educação e a pressão popular por um ensino de qualidade só aumentava.

A desordem gerada durante o Período Republicano, se deve à questão das constantes reformas lançadas sem solidez e sem uma visão global do problema do aparelho escolar, e na falta, em quase todos os momentos e iniciativas, da determinação dos fins de Educação (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas da nossa Educação, ou seja, na falta de espírito científico, na resolução dos problemas da administração escolar como nos mostra Fernando de Azevedo (2010).

Essa crise que tem presidido na elaboração de novos modelos educacionais compatíveis com as realidades da época tem as suas origens na ausência total de uma cultura universitária e na formação meramente literária de nossa cultura, ou seja, devido ao atraso educacional universitário, o Brasil deixa de ter profissionais capazes de propor novas soluções para a nossa

Educação, deixando o caminho aberto para a implantação de modelos educacionais europeus descontextualizados da nossa realidade.

Consideramos, com algumas ressalvas, o fato de que o Brasil não possuía uma cultura escolar própria, nem mesmo uma cultura geral que nos possibilitasse observar a existência de um problema sobre objetivos e fins da Educação. A consequência desta falta de cultura é o fato de que não se podia encontrar durante o Período Republicano uma unidade e continuidade de pensamento em planos de reformas, nos quais as instituições universitárias pudessem atrair e orientar as instituições escolares para uma direção reflexiva acerca do caos da Educação da época.

Durante este período de caos da Primeira República, assim conhecida por diversos historiadores e pesquisadores, o governo realizou diversas reformas na área da Educação, com a finalidade de atender as necessidades educacionais exigidas no momento e dar novos rumos a nossa Educação, tanto no que hoje chamamos de Ensino Médio e Ensino Superior, quanto no que hoje se denomina como Ensino Fundamental.

As principais reformas educacionais que se sucederam neste período estão descritas a seguir na seguinte sequência:

1. Reforma Benjamin Constant (1890);
2. Código Eptácio Pessoa (1901);
3. Reforma Rivadavia Correa (1911);
4. Reforma Carlos Maximiliano (1915);
5. Reforma João Luiz Alves/Rocha Vaz (1925);

Porém, como já observamos anteriormente todas estas reformas não foram suficientes para que os problemas educacionais fossem resolvidos. Nota-se, neste momento que desde a chegada dos Jesuítas, a Escola Brasileira passou por diversas mudanças e no entanto, no que se refere à qualidade do Ensino e ao sucesso escolar, o resultado que temos ainda é insatisfatório. Tendo persistido desde o início da nossa Educação o caráter excludente e seletivo, ou seja, percebemos que a Educação Tradicional,

mesmo com todas as transformações ocorridas durante este período manteve-se a mesma.

Observando a fundo o movimento republicano do ponto de vista cultural e pedagógico, pode-se notar que a República contentou-se com a mudança do regime, e seus representantes não tiveram iniciativas de realizar uma transformação radical no Sistema de Ensino para provocar uma renovação intelectual das elites culturais e políticas, necessárias às novas instituições democráticas. A única transformação ocorrida concretamente neste período foi à ampliação no ensino secundário, mesmo assim no ensino particular, daqui temos a ideia de que nada foi feito e ainda estamos nos antigos sistemas classificatórios e excludentes.

Neste momento o governo não se interessava em ampliar a rede secundária, pois não se tinha demandas de Nível Médio por parte da sociedade. A elite, tendo o poder aquisitivo nas mãos, matriculava seus filhos nas escolas particulares, com finalidade de que atingissem o nível superior para serem os futuros administradores do país, alimentando assim este círculo vicioso onde somente a elite era privilegiada, e por consequência a estrutura educacional não foi alterada neste período.

Em meados da década de 20 iniciou-se o declínio das oligarquias, com a crise do modelo agrário-comercial-exportador, o que favoreceu o impulso à industrialização, que fortaleceu a classe burguesa, que por sua vez se via prejudicada pelo sistema político vigente. A queda da oligarquia e a ascensão da burguesia industrial geraram grandes revoluções, que junto às linhas de pensamentos filosóficos dos escolanovistas e dos católicos, acabaram influenciando em uma nova organização escolar neste período.

Surge neste momento um movimento de cunho pedagógico, que revoluciona a história da Educação, e temos pela primeira vez na história os educadores denunciando o analfabetismo e outros problemas da educação. Este movimento revolucionário se baseia nas concepções liberais europeias para se fundamentar.

Para compreendermos esta nova revolução na educação, temos que observar os fatores que serviram de base para seu surgimento no Brasil. Para tal fim voltaremos ao século XIX na Europa, que é marcado pelas ideias liberais sob a profecia do regime das liberdades, política, econômica e individual, que são fatores indispensáveis para a prosperidade de todos. Um dos acontecimentos mais marcantes durante a doutrina liberal europeia já no final do século XIX, foi à busca da classe operária por igualdade de direitos, dentre eles a Educação.

Tendo em vista tais ideias liberais e as reivindicações das classes operárias em busca de igualdades, a educação passa a ter um papel crucial na construção de uma nova sociedade igualitária. E seguindo este ideário no Brasil, os pioneiros da Educação junto à frente governamental da época, buscam defender o ensino leigo, universal, gratuito e obrigatório que constituía um dos principais eixos dos discursos políticos da época, que procurava fortalecer o desenvolvimento nacional através da organização do Sistema Nacional de Ensino.

É por meio deste contexto político liberalista que surge a Reforma Educacional em 1890, pelo governo provisório do Manoel Deodoro da Fonseca, através do decreto n. 981, que visa promover a reforma do Ensino Primário e Secundário, convergindo alguns dos ideais para a constituição da escola Pública Brasileira.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, resolve approvar para a Instrucção Primaria e Secundaria do Districto Federal o regulamento que a este acompanha assignado pelo General de brigada Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos, que assim o faça executar. (Palacio do Governo Provisorio, 8 de novembro de 1890, 2º da Republica. Manoel Deodoro da Fonseca.) Benjamin Constant Botelho de Magalhães. (Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 3474 Vol. Fasc.XI (Publicação Original))

Surge neste momento a escola seriada, que veio para superar o ensino inicial de alfabetização realizado de forma incorreta. Por meio deste novo método seriado o ensino passou a ter uma organização, o ensino passa, neste

período, a ser oferecido em espaços específicos e em uniformidade em todas as escolas do Brasil.

Desta forma, temos pela primeira vez certa organização do ensino, que passou a fazer uma racionalização e homogeneização dos prédios escolares, restringindo o ensino a espaços e prédios específicos, cria-se uma série de conteúdos curriculares fragmentados para ser ensinados, aplica-se a tarefa de ensinar somente aos professores, e por fim, seguindo esta nova didática de trabalho, consegue-se maiores resultados em relação ao cenário educacional anterior.

Uma das principais características da escola seriada e também o fator que a leva a declínio é que a mesma possui semelhanças à produção industrial, ou seja, bem como uma fábrica que divide e classifica os operários por setores e por conhecimento sobre determinada função, a escola seriada possui também esta padronização e uniformização dos alunos, como prova disso temos, a estrutura de series atribuída ao nível de conhecimento ou idade do educando, temos também a separação do conhecimento em disciplinas isoladas, uma uniformização do ensino em modelos específicos, classifica através da qualidade e muitas vezes reprova o aluno, estes são apenas alguns traços de semelhança de que neste período a evolução da Educação acompanhou a divisão social do trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas da época.

1.3 - Anos 80 do Século XX: A Escola Ciclada.

Em meados de 1980 surgem as primeiras tentativas de adoção da ideia de ciclos. A partir deste ponto a temática ganha força nos debates educacionais brasileiros, porém somente em dezembro de 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é que os ciclos passam a ter uma maior atenção e, surgem as primeiras possibilidades de sua implantação.

Para entendermos melhor o marco inicial da introdução deste novo modelo de Ensino que gerou grandes discussões e até o presente momento ainda produz certos conflitos na nossa sociedade, vamos retomar ao fator delimitador para sua adoção.

A crise da "República do Kaphet", como a apelidava Lima Barreto, fortemente entrançada com a do capitalismo internacional em 29, cavaria largas fendas na hegemonia oligárquica. A Revolução de 30, o movimento sindical anarquista e comunista que a precedeu, o tenentismo, o impulso reformista do Governo Provisório liderado por Getúlio Vargas, e, do lado oposto, o ideário progressista de uma fração dissidente da burguesia de São Paulo, constituíam forças que, na sua interação, provocaram revisões fundas no quadro institucional do país. (Alfredo Bosi, *A Educação E A Cultura Nas Constituições Brasileiras*, p. 64).

A partir da década de 1920, surgiram novos fatores sociais e políticos no cenário nacional que contribuíram para o declínio da República. O agravamento da crise econômica, e as revoltas e levantes militares, o aumento das camadas sociais urbanas e por consequência o aumento da classe operária, os conflitos políticos devido à divisão das oligarquias dominantes leva a uma série de fatores que resultaram na Revolução de 1930.

A revolução de 1930 foi coordenada por Getúlio Vargas, que permaneceu no poder até o ano de 1954, quando o então presidente da república comete suicídio. Uma das mais importantes mudanças feitas neste período foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em meados de 1930, com a finalidade de cuidar especificamente dos assuntos relacionados à educação e à saúde no país; logo após esta primeira mudança é implantada a Reforma Francisco Campos em 1931, que organizou/recriou de forma efetiva o Ensino Secundário e Superior no Brasil, seguido do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que também teve um papel importantíssimo para a melhoria da educação no país.

Em 1934 surge uma nova ruptura no cenário educacional do Brasil, com a publicação da nova Constituição Federal, que determina a Educação como um direito de todos os brasileiros. Outra contribuição importante da Constituição Federal ocorreu em 1937 com a permissão que temos até os dias atuais, de que o Ensino seja oferecido por entidades Públicas e Particulares.

Com o fim da Era Vargas em 1954 o Brasil já possuía uma estrutura de Educação semelhante a que conhecemos nos dias de hoje. Tal estrutura, era composta pelo: Ensino Primário que tinha cinco anos de duração; Ensino Ginásial, que durava quatro anos; e o Ensino Colegial (nas modalidades clássica ou científica) que tinha uma duração de três anos.

Antes de passar para o próximo acontecimento na nossa jornada cabe ressaltar aqui, que foi neste finzinho da Era Vargas aproximadamente entre 1946 ao princípio do ano de 1964, que ocorreu o período mais fértil da história da Educação Brasileira, isto pelo fato de que neste período, atuaram grandes educadores que deixaram seus nomes na história da Educação devido às suas realizações e pesquisas no âmbito de uma Educação de qualidade. Alguns destes grandes nomes da época são: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Carneiro Leão, Armando Hildebrand, Pacheco Leme, Paulo Freire, Lauro de Oliveira Lima, Durmeval Trigueiro, dentre outros.

Outra ruptura que marca bastante nosso percurso educacional é o golpe militar de 1964, onde muitos educadores passaram a ser perseguidos em função de seus posicionamentos ideológicos, sendo que muitos foram calados para sempre, alguns se exilaram e outros se recolheram à vida privada, e uma boa parte, demitidos ou trocados de função.

O Regime Militar observou na educação o caráter antidemocrático de sua proposta ideológica de governo, ou seja, observou a Educação como um problema para a instalação das novas ideologias políticas e como forma de resolução desta suposta ameaça à nova ideologia. Vários professores foram presos e demitidos; universidades foram invadidas e fechadas em consequência do posicionamento político surgem neste período vários confrontos entre estudantes e a polícia. Nestas manifestações vários estudantes foram presos, feridos e alguns foram mortos.

Em meio a este cenário de conflitos entre o governo e os profissionais da educação os estudantes e o presidente Artur da Costa e Silva estabelece, o decreto de lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, também conhecido como "AI-

5 das universidades", que previa a punição de professores, alunos e funcionários de universidades considerados culpados de subversão ao regime. A punição para os professores que se opunham ao regime era a demissão, além de ficarem impossibilitados de trabalhar em qualquer instituição educacional do país durante um período de cinco anos, os estudantes eram expulsos e ficavam proibidos de cursarem qualquer universidade por três anos.

A ditadura militar aos poucos foi se desfazendo, pelo fato da enorme pressão popular, de vários setores da sociedade, pedindo uma reforma política até que o processo de abertura política tornou-se inevitável. Porém, os militares deixaram o governo através de uma eleição indireta, onde somente dois civis concorreram ao cargo, sendo estes Paulo Maluf e Tancredo Neves, onde a vitória de Tancredo em 15 de janeiro de 1985, marca o fim de mais de vinte anos de regime militar no Brasil.

Com o fim da ditadura militar, surgiram grandes mudanças no campo educacional brasileiro, dentre estas mudanças temos uma grande expansão das universidades no Brasil, porém, mesmo com a abertura de novos centros universitários o acesso ao ensino superior ainda era muito difícil devido à falta de vagas e o grande número de estudantes que conseguiam notas para entrar na faculdade. Para erradicar com o problema dos "excedentes", assim conhecidos os estudantes que tiravam notas suficientes para serem aprovados nas universidades, mas não conseguiam vaga para estudar, foi criado o vestibular classificatório. Outra grande mudança foi à criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, com a finalidade de acabar com os altos índices de analfabetismo.

O MOBRAL aparece como um prosseguimento às campanhas de alfabetização de adultos iniciadas com Lourenço Filho. Porém com novas ideias que o diferenciava do que vinha sendo feito até o momento. No entanto, o Movimento Brasileiro de Alfabetização baseado no Método Paulo Freire, não atingiu a sua meta e veio ao fracasso rapidamente. Um dos critérios que contribuiu para o seu declínio é o fato de que o mesmo se preocupava somente em fazer com que os seus alunos aprendessem a ler e a escrever, sem

nenhum vínculo com a formação do homem. O programa também não consegue alcançar sua proposta de erradicar o analfabetismo no Brasil e, também por algumas denúncias de corrupção.

Com o fim do MOBRAL em 1985, surge o Projeto Fundação Educar, que durou até meados de 1990. Neste mesmo ano também foi criado o PNAC, plano Nacional de Alfabetização e Cidadania, que ficou em vigor por apenas um ano pelo fato de que seguia as mesmas regras dos antigos cursos e assim como eles o PNAC também não apresentou resultados aceitáveis.

Surge então, logo em seguida, o projeto denominado Educação de Jovens e Adultos (EJA). O EJA, que perdura até os dias de hoje, tem a finalidade de alfabetizar quem não teve a oportunidade de estudar na infância ou aqueles, que, por um motivo qualquer, tiveram que abandonar a escola. Temos também, neste período em meados de dezembro de 1996 a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que regulariza os ciclos para o ensino fundamental.

Através dos nossos estudos, podemos observar que a ideia de não reprovação no Brasil e tinha como finalidade primordial eliminar a reprovação no ensino primário, por meio de um método de promoção continuada, que tinha a intenção de solucionar o problema da repetência e da evasão escolar criado pelo método serialista, que vinha causando grandes problemas para o governo que necessitava aumentar o número de vagas, para atender toda a população e garantir assim a escolarização para todos iniciada com o método seriado baseado no movimento liberal europeu.

Podemos observar na Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases– LDB, em seu artigo 32, parágrafo 1º, que define que "é facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos".

Art.32.

§2º. Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação no processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

A progressão continuada (ciclo) como já observamos anteriormente surgiu diante da necessidade de reorganizar o tempo escolar visando à eliminação da reprovação nos anos iniciais de escolarização, visto que os alunos do Ensino Fundamental apresentavam baixos índices de desempenho, e uma alta taxa de repetência causada pelos rigorosos critérios de avaliação existentes na seriação, que seriam o causador do alto índice de reprovação dos alunos. Para tal fim introduziu-se a progressão continuada entre algumas séries, que foram agrupadas e denominadas como ciclos.

O objetivo da progressão continuada é respeitar o ritmo de aprendizagem do aluno, não o penalizando com a reprovação por ele não estar preparado ao final de um ciclo visto que a aprendizagem dar-se-á ao longo dos anos, o que denominamos "ciclo de aprendizagem".

Seguindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), citada acima, o Estado de Mato Grosso, se posiciona diante deste novo problema educacional afirmando que:

Infelizmente, a permanência de elevados índices de insucesso escolar tem levado a sociedade brasileira, de modo geral, a desacreditar na escola e a ver com naturalidade e banalização a retenção e a deserção dos alunos, especialmente daqueles provenientes de camadas populares. (Mato Grosso, 2000, p. 16)

Perante este quadro o governo do Estado compreende que a Educação escolar é:

[...] Acima de tudo, um direito social inquestionável e inviolável do cidadão e objetivando reverter esse quadro, a Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso [...] (Mato Grosso, 2000, p. 16)

Define através da **RESOLUÇÃO N. 262/02-CEE/MT.:**

[...] As normas aplicáveis para a organização curricular por ciclos de formação no Ensino Fundamental e Médio do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso.

O Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos Artigos 8º § 2º, 10, 23, 32 § 1º e 88 da Lei n. 9394/96, Artigo 10 da Lei Complementar n. 49/98, Parecer n. 289/02CEB/CEE/MT, e por decisão da Sessão Plenária desta data:

RESOLVE:

Art. 1º – As instituições escolares de ensino fundamental e médio vinculadas ao sistema estadual de ensino que estruturarem sua organização curricular no regime escolar por ciclos de formação observarão em suas Propostas Pedagógicas as disposições previstas nesta Resolução, além das normas gerais das Resoluções 118/01 e 150/99 – CEE/MT.

O combate à evasão escolar também é adotado neste contexto como observamos acima, como um fator principal para a inserção do sistema ciclado de ensino nas escolas matogrossenses.

Segundo a Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso (SEDUC), para combater este problema muito se tem feito e os resultados podem ser observados a partir dos números que mostram que a evasão escolar tem-se reduzido consideravelmente nos últimos anos como poderemos observar adiante.

Segundo dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), quando o estado adotou o Ensino Ciclado tínhamos um percentual de 19,5% de alunos que reprovam e 14,9% de estudantes que abandonavam, o que gerava um montante de 34,4% de insatisfação escolar, observando os números em meados de 2008 transcorridos 09 anos da implantação do Ensino em Ciclo nas escolas públicas do Estado, 7,2% dos alunos reprovavam e 4,5 % abandonavam os estudos, ou seja, 11,5% de fracasso escolar.

Capítulo 2 – História, Produção E Memória Do Livro Didático.

Não há como falarmos da contradição existente no ensino fundamental sem antes apresentarmos alguns contornos e implicações que envolvem a adoção do livro didático nas escolas públicas brasileiras, visto que o problema que apontamos neste trabalho se instaura nos livros didáticos (LDs). Por isso, faz-se necessário realizar uma breve retrospectiva histórica sobre o processo de construção do livro didático. Começaremos este capítulo abordando o artigo

de André Chervel, intitulado de “História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa”, publicado no ano de 1990, que nos dará a base para compreendermos a os conceitos de elaboração dos LDs.

Segundo André Chervel 1990, as disciplinas escolares devem ser estudadas, levando em consideração o papel histórico exercido pela Escola. Neste sentido, não nos basta apenas pesquisar o gênese das disciplinas (como a escola trabalha para produzi-las), a sua função (qual a finalidade das disciplinas escolares) e o seu funcionamento (como estas disciplinas agem sobre os alunos), faz-se necessário investigar sua integração na cultura escolar. Chervel nos mostra em seu trabalho a importância de relacionar o ensino das disciplinas com as finalidades para as quais estão determinadas e com os resultados que elas produzem, e nos aponta como componente central da história das disciplinas a história dos conteúdos curriculares.

Para chegarmos ao ponto crucial da História das Disciplinas segundo o autor é necessário levarmos em conta os fatores externos, a história do que efetivamente se processa no interior da escola. Por enxergar na diferença própria de cada disciplina um grau de inteligibilidade, é que ele propõe uma estrutura de investigação historiográfica das disciplinas escolares, por meio de três pontos, sendo, o primeiro, as finalidades.

Para André Chervel, o pesquisador deve-se levar em consideração que tipo de finalidades determinada disciplina vem satisfazer. Considerando-se que em cada época a escola se coloca a serviço de diferentes finalidades que no seu conjunto fornecem a esta instituição o seu caráter educativo, é por meio das disciplinas escolares que ela sempre vai colocar um conteúdo de instrução a serviço de uma finalidade educativa (CHERVEL, 1990, p. 188). Desta maneira, conforme mudam as finalidades educativas, vão modificando-se os conteúdos de instrução a serem ensinados.

Visto este primeiro ponto que o autor nos descreve podemos observar no Brasil, que os primeiros materiais didáticos, surgiram na metade do século XIX. E não muito distante do que observamos nos estudos de Chervel sobre a

história das disciplinas, no Brasil os primeiros materiais didáticos surgiram com a função de substituir parte dos recursos como a música, o teatro, a dança, os manuscritos, textos bíblicos dentre outros que eram utilizados desde o século XVI com a chegada da Companhia de Jesus (Jesuítas) que tinham como finalidade formar novos catequizadores que pudessem ler as sagradas escrituras e transmiti-las, convencendo assim, os que não sabiam ler, a ter uma crença na doutrina católica.

Porém com a Reforma Pombalina e a expulsão dos Jesuítas estes métodos apresentados acima, passaram a não atender mais as reais necessidades daquele momento, visto que neste período se instaurou uma batalha entre a elite que tinha o desejo do lucro, e a Igreja Católica que atrapalhava o crescimento do capitalismo com seus ensinamentos ideológicos.

Neste contexto de conflito é que surgem os primeiros materiais didáticos, que começaram a ser introduzidos na Cultura Brasileira com a chegada de Dom João VI e a família real portuguesa (1808) que era muito interessada em impor sua cultura, seus costumes reais e sua Educação. Neste período os candidatos à alfabetização eram membros da elite, e semelhante ao contexto anterior neste período também existia uma finalidade por trás da aquisição dos estudos, porém neste momento os burgueses frequentavam escolas, não somente para aprender a ler e escrever, mas com a finalidade de obter preparo e ascensão para liderar, administrar e subordinar os demais membros da sociedade que não possuíam estudo.

O segundo ponto que Chervel nos apresenta nada mais é que as práticas em torno de cada disciplina, que foi escolhida para atender uma finalidade específica da sociedade. Neste momento a questão passa a girar em torno de como se processam em sala de aula os ensinamentos escolares, que é segundo Chervel "a parte da disciplina que põe em ação as finalidades impostas à escola e provoca a aculturação conveniente" (1990, p. 192). Neste momento surgem dois elementos que operam no ensino: o professor e os alunos. E é entre o que o professor ensina e o que os alunos aprendem que se instaura o resultado, a finalidade do ensino de uma disciplina escolar.

O terceiro e último ponto é o resultado que o ensino das disciplinas escolares oferece à sociedade que confiou a escola a finalidade educativa. Estes resultados podem ser observados de duas maneiras, o fracasso escolar e a aculturação dos alunos.

O fracasso escolar remete aos aspectos de defasagem das disciplinas, já que no momento de fixar as normas de progressão da disciplina, "a escola é constrangida, por razões diversas, a determinar um nível médio de progressão ao qual não poderão se adaptar senão uma parte dos alunos" (CHERVEL, 1990, p. 208), de forma que alguns fracassarão. Segundo Chervel a consequência deste fracasso é chamada de elitismo onde alguns poucos provenientes de camadas sociais mais ricas progredem enquanto muitos outros de origem pobre fracassam.

Os reflexos da aculturação proveniente das disciplinas escolares e de seus materiais de ensino podem ser observados no fim do Império onde os burgueses até então renegados pela elite estavam entre os defensores mais entusiásticos da alta cultura clássica e de suas instituições. O resultado foi o fortalecimento das linguagens, convenções e símbolos clássicos e acadêmicos nas artes e letras, em vez do estímulo aos impulsos modernistas, ou seja, os burgueses se deixaram envolver por um sistema cultural e educacional que ainda defendia e reproduzia o antigo regime. Como nos reporta Razzini:

No Brasil, a permanência do Antigo Regime ("monarquia e elite fundiária") está ligada ao sucesso duradouro da empresa colonial portuguesa (1500-1822) e, depois da Independência, ao prolongamento de sua estrutura econômica, social e política [...] Ao que parece, a aceitação e prolongamento dos valores e instituições dos colonizadores portugueses era disfarçada com a adoção de outros modelos culturais europeus (franceses e ingleses, por exemplo), cujo cultivo (e adestramento) dava distinção à elite emergente. Assim, a passagem da colônia para o estado autônomo fez surgir uma elite política autoritária [...] (RAZZINI, 2000, p.20).

Como observamos acima a proclamação da República não modificou de imediato a Educação Secundária do Brasil, e o Ensino se manteve restrito a uma pequena quantidade de escolas públicas e poucos estabelecimentos com cursos regulares, que tinham como finalidade primordial a preparação para o

Ensino Superior, que baseavam os seus programas e métodos de ensino nas orientações do Colégio Pedro II.

Antes de prosseguirmos com nosso levantamento sobre os LDs, devemos observar um pouco mais sobre o Colégio Pedro II, que foi considerado um marco no projeto nacional civilizador e um dos principais atores da História da Educação no Brasil e que está diretamente ligado à elaboração dos primeiros materiais didáticos brasileiros.

O Colégio Pedro II foi a primeira instituição de Ensino Secundário do Brasil, e atendeu com êxito às demandas Político-Culturais do Estado e da sociedade. A principal característica desta instituição é sua organização que desde a época de sua criação, foi baseada nos mais altos padrões educacionais europeus e serviria de base para as demais instituições de ensino da Corte e das Províncias. O Colégio Pedro II pode ser observado no percurso historiográfico como agência oficial de Educação e Cultura do Estado, criando uma Cultura escolar própria.

O primeiro regulamento do Colégio Pedro II, surge no mesmo ano da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 31 de janeiro de 1838, e tinha como finalidade primordial elaborar uma narrativa sobre o passado nacional que valorizasse os grandes feitos políticos ligados à monarquia, em outras palavras a finalidade do IHGB era construir uma "identidade nacional". Tendo em vista esta necessidade de construção histórica a disciplina de História fazia parte do plano de estudos como disciplina obrigatória, e ministrada desde o 3º ano do curso até o final, e considerada como uma matéria de peso em um currículo que valorizava a formação clássica e erudita.

Uma grande curiosidade sobre o Colégio Pedro II é que nesta época surgiu como uma escola pública, porém os alunos deveriam pagar os honorários do ensino prestado. O valor era estipulado pelo governo imperial. Para os alunos ingressarem no colégio era necessário passar por um rigoroso exame de admissão, poderíamos dizer que só eram admitidos na instituição os

alunos que possuíssem um dom inato. Ao finalizar os estudos, os alunos recebiam o grau e o diploma de Bacharel em Ciências e Letras, o que os dava o direito de ingressar no Ensino Superior sem prestar exames. O resultado desta modalidade de Ensino que visava privilegiar a elite é que a maioria da população brasileira não sabia ler nem escrever, no entanto durante, o período republicano brasileiro o analfabetismo não era uma preocupação. A preocupação com o analfabetismo só surge no Brasil com a reforma eleitoral de 1882, conhecida como, Lei Saraiva, que visava proibir o voto do analfabeto, é neste contexto político que emerge a questão da necessidade da alfabetização.

Retomando o foco central deste capítulo na construção dos materiais didáticos, para tal fim, iremos observar o percurso do ensino de Língua Portuguesa, desde o século XIX até os anos 1940, que Razzini (2000) nos apresenta em sua tese de doutorado. A partir de seus estudos sobre os programas de ensino e dos manuais didáticos do Colégio Pedro II, a autora divide este período em quatro fases:

1. Primeira fase (1830-1840): a disciplina era restrita ao primeiro ano e contemplava o estudo da gramática;
2. Segunda fase (1870 a 1889): a disciplina passa a ser trabalhada nos três primeiros anos e a fazer parte dos exames preparatórios, como consequência há aumento de carga horária e de conteúdo; nesta fase autores portugueses e brasileiros são trabalhados e há indicação de mais seletas que gramáticas;
3. Terceira fase (1890 a 1930): é regulamentada a precedência do exame de português sobre as demais disciplinas, aumenta-se a importância da disciplina e esta absorve alguns conteúdos de Retórica e Poética, a literatura é conteúdo meramente decorativo e a gramática volta a ser o foco;
4. Quarta fase (1931 a 1944): são características deste momento: a incorporação definitiva da literatura ao currículo escolar, o fim dos exames preparatórios e a exigência de conclusão de ensino secundário. Com a criação do Conselho Nacional Educação (1931) e da Comissão Nacional do Livro Didático (1938) tem-se o fim da hegemonia do Colégio Pedro II.

A partir da década de 1930, com a Reforma Capanema nome dado às transformações projetadas no sistema educacional brasileiro durante a Era Vargas, liderada pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo

Capanema, que ficou conhecido pelas suas grandes reformas, dentre elas, o novo controle do Estado sobre a Educação Secundária e sobre os livros didáticos como nos mostra Razzini:

A Reforma Capanema de 1942 e 1943 estendeu o ensino de Português para as últimas fases do secundário, que passou a ser chamado de 2º Ciclo, dividido entre Clássico e Científico. Nas primeiras três séries do secundário, foi introduzida a leitura patriótica, deslocando a leitura literária para as últimas séries, em que se estudava Português, mas principalmente história da literatura brasileira e portuguesa.[...] O ensino do vernáculo (gramatical e literário) sob orientação lusitana, centrado no bem falar e no bem escrever dos modelos tradicionais da leitura literária, sobreviveria na escola secundária brasileira até o final da década de 1960, dificultando a entrada de escritores modernistas nos livros didáticos.

A partir das transformações ocorridas na década de 50 do século XX, temos uma alteração nas finalidades escolares, para atender esta mudança o processo de ensino-aprendizagem é alterado, tanto nas questões didáticas metodológicas quanto nas questões do corpo docente das instituições escolares. Anteriormente as revoluções educacionais, os alunos estudavam as regras gramaticais da língua portuguesa baseando-se em textos de autores consagrados, visto que estes alunos geralmente membros da alta sociedade, falavam a variante padrão e tinham condições econômicas de estudar em colégios renomados que visavam o ensino com base nos padrões educacionais europeus.

Neste contexto, o professor também era usuário da norma padrão, e preparava as suas aulas baseadas em manuais para o ensino de gramática e em antologias. A concepção que se tinha do professor naquela época pode ser observada neste pequeno fragmento de Soares (2002) que nos aponta que as escolas tinham: “um estudioso da língua e de sua literatura que se dedicava também ao ensino”. Quanto aos materiais tínhamos neste período dois tipos diferentes e independentes de materiais didáticos, sendo estes as gramáticas e as coletâneas de textos.

A partir de 1930 com as Reformas Educacionais e a democratização do Ensino, surgem as cartilhas, que trazem pela primeira vez as orientações ao professor e o conhecido Manual do professor é transformado em outro livro.

Temos desta forma, uma transformação no padrão do livro didático de português que passa a apresentar, além de fragmentos textuais, orientações, exercícios, atividades, entre outros elementos que visavam à melhoria de sua qualidade.

Em meados de 1950, como já citamos anteriormente, a Escola passa por uma democratização do Ensino e tem o seu público-alvo ampliado. Desta forma as instituições de ensino passam a atender os alunos provenientes de camadas populares (os filhos dos trabalhadores), além da classe média e alta (os filhos da burguesia). Como consequência deste aumento do público escolar temos uma crescente demanda por profissionais da educação (professores), e com o intuito de sanar esta necessidade escolar, os processos de recrutamento foram se tornando mais amplos e menos seletivo no que diz respeito à qualidade deste profissional.

Temos, a partir deste contexto, uma nova realidade que se instaura dentro das escolas, e a sociedade exige uma solução para esta desqualificação do professor. É em meio a esta crise educacional que surgem os livros didáticos mais completos trazendo textos fragmentados e atividades que atendem ao currículo escolar, e supre as lacunas do conhecimento desses professores despreparados, a ponto dos materiais didáticos passarem a ser responsáveis pelas aulas, e utilizado em muitos casos como ferramenta primordial no processo de ensino.

2.1 – O Papel dos Livros Didáticos na Escola.

Na LDB n. 9394/96, no seu artigo 4º, inciso VIII, pode-se observar as referências normativas sobre o material didático; “O dever do Estado com a Educação Escolar Pública será efetivado mediante garantia de atendimento do educando no Ensino Fundamental, por meio de programas suplementares de **material didático [...]**” (BRASIL, 1996, p. 3).

Observando a questão da Educação nas Escolas e Instituições de Ensino, pode-se afirmar que o processo de ensino aprendizagem se dá pela mediação entre os conhecimentos práticos e teóricos utilizados pelo professor em sua didática de ensino. Dessa forma, para que se possa alcançar êxito neste processo temos que levar em consideração que os procedimentos e conteúdos utilizados devem estar adequados à situação específica da escola e ao desenvolvimento do aluno perante o processo de aprendizagem.

Temos então, o livro didático como instrumento de trabalho que atende os conceitos teóricos propostos nos manuais; e apresenta os procedimentos, as informações e conceitos que devem ser utilizados na relação didático-pedagógica a que se destinam.

Com base na LDB n. 9394/96, em seu artigo 4º e, nesta breve observação que apontamos acima, torna-se possível compreender porque o livro didático tem se tornado um material importantíssimo e necessário para o processo ensino-aprendizagem dentro das escolas. Observa-se também o posicionamento do governo em estabelecer como responsabilidade do Estado para com os alunos das Escolas Públicas o fornecimento do livro didático.

Seguindo este conceito temos atualmente, os livros didáticos como o principal, senão o único objeto de trabalho na sala de aula, em muitas escolas da rede pública de ensino, o que o torna um instrumento primordial para o aluno e para o professor, no processo ensino aprendizagem.

Porém, ao analisarmos os documentos oficiais que direcionam o ensino no estado de Mato Grosso, sendo estes: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2010), os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) e a Proposta Curricular do Estado de Mato Grosso, nota-se que ambos têm como objetivo maior a formação básica para a cidadania e a organização dos conteúdos, segundo estes documentos os materiais didáticos devem seguir uma proposta curricular não fragmentada, com projetos articulados num crescente grau de aprofundamento.

Porém, esta perspectiva dificilmente será alcançada com um ensino aprendizagem que se baseia em conteúdos fragmentados e seriados trazidos pelos materiais didáticos oferecidos pelo Ministério da Educação (MEC), isso pelo fato de que estes materiais não estão em coerência com a realidade dos alunos e muito menos respeitam o processo de ciclo de aprendizagem.

Vistas as características principais dos materiais didáticos e as normativas que regulamentam o uso destes materiais dentro das escolas, passaremos agora para a discursão central de nosso trabalho que visa apresentar a contradição referente aos materiais didáticos e a concepção de escola ciclada que regulamenta a organização escolar do Ensino Fundamental no Estado de Mato Grosso, segundo a resolução Nº. 262/02-CEE/MT, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº 9.394/96) que regulamenta a instalação da organização em ciclos em âmbito nacional como já foi citado no capítulo anterior.

Capítulo 3 – Progressão Continuada ou Sérição?

Observando a história da Educação no Brasil podemos constatar claramente as sucessivas reformas educacionais lançadas na maioria das vezes, sem levar em consideração a realidade do país e a finalidade primordial da Escola que é o Ensino de qualidade.

Durante o período jesuítico tido como fase inicial da Educação Brasileira, observamos que o interesse maior não era a Educação em si, mas sim a catequização dos índios para o aumento de fieis e a propagação do catolicismo que se via ameaçado pelas reformas protestantes a qual vinham ganhando espaço mundo a fora.

O segundo momento se dá com a expulsão dos Jesuítas por Marques de Pombal, para atingir a transformação da nação portuguesa que se via

ameaçada devido a algumas posições éticas da Igreja Católica, o que comprometia o fortalecimento do Estado e o poder do rei no Novo Mundo.

O terceiro momento destas transformações, se dá com a chegada da Família Real, que se muda para o Brasil fugindo de Napoleão. Neste período, surgem as primeiras mudanças mais significativas na questão educacional como instalação das primeiras Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e a Imprensa Régia, porém, toda essa inovação fica restrita à alta sociedade e à Família Real.

O quarto momento se dá com o fim do império e o surgimento da República que durante um bom tempo nada fez de importante para a Educação Brasileira, até surgir os movimentos liberalistas e a Escola Nova, que pela primeira vez buscam defender o ensino leigo, universal, gratuito e obrigatório. É por meio deste contexto liberalista que surge a reforma educacional em 1890 pelo governo provisório do Manoel Deodoro da Fonseca, através do decreto n. 981, que visa promover a reforma do ensino primário e secundário, convergindo alguns dos ideais para a constituição da escola pública brasileira a tão conhecida escola seriada.

Por fim tivemos em meados de dezembro de 1996 o surgimento de diversos movimentos de igualdade social que viam no sistema seriado e na escola pública, uma ferramenta de exclusão e seleção social, o governo tendo em mente este problema da Escola, lança a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que regulariza os ciclos para o Ensino Fundamental, que visava eliminar a reprovação no ensino primário, por meio de um método de promoção continuada, o que solucionaria o problema da repetência e da evasão que vinha causando grandes transtornos para o governo que necessitava aumentar o número de vagas, para atender toda a população e garantir assim a chamada “escolarização para todos” ou “democratização do ensino”.

Passaremos agora para a discussão principal deste trabalho que visa apresentar o contexto contraditório em que a organização Escolar do Ensino

Fundamental está inserida, visto que o sistema de progressão continuada ainda apresenta características seriadas nos materiais didáticos, vistos hoje em dia como uma ferramenta indispensável no processo de ensino aprendizagem.

O livro didático é um valioso recurso para o acesso à cultura e o desenvolvimento da Educação[...] No cenário educacional brasileiro, o livro didático é importante instrumento de apoio ao trabalho do Professor e referência na formação dos mais de 50 milhões de crianças e adolescentes matriculados em Escolas públicas e privadas. O Brasil tem um dos programas mais avançados de aquisição de livros Escolares, que assegura a distribuição gratuita de milhões de exemplares à rede pública de Ensino [...] (Fonte: <http://www.todospelaeducacao.org.br/>)

Sendo assim, para chegarmos à discussão que veremos a seguir foi necessário fazermos este breve sobrevoo sobre o conjunto de ideias e fatores que contribuíram para o surgimento da organização Escolar em série e em ciclos.

Os pressupostos e antecedente destas duas linhas de organização de ensino foram buscados desde suas origens com a chegada dos Portugueses e dos Jesuítas ao território do Novo Mundo até a atualidade, procurando explicitar, em cada etapa dos nossos estudos, as principais características que contribuíram para a transformação do nosso sistema de educação, com a finalidade de proporcionar um contexto base sobre as duas estruturas de ensino que serão debatidas a seguir.

3.1 – A Contradição Nos Materiais Didáticos.

A organização Escolar em Ciclos de aprendizagem tem como base uma concepção de ensino e aprendizagem que se pauta no respeito às diferenças de ritmo dos alunos, de constituição dos grupos, levando em conta a idade do aluno, e, sobretudo, as características de natureza cognitiva e sócio-cultural-afetiva, bem como, podemos observar na proposta político-pedagógica

curricular do Ensino Fundamental da Secretaria de Estado de Mato Grosso (SEDUC – MT).

Nessa perspectiva o currículo é compreendido como fruto das construções do homem e que, como tal, está sempre contextualizado em um dado momento histórico, considerando os aspectos sócio-histórico-culturais. A matriz curricular está organizada por área do conhecimento numa dimensão globalizada e interdisciplinar [...]

[...] os conteúdos das disciplinas, correspondentes às áreas de conhecimento, devem ser planejadas a partir das infinitas possibilidades de aprendizagem dos estudantes [...]

[...] A organização escolar baseia-se nos ciclos do desenvolvimento humano: infância (6 a 8 anos de idade); pré-adolescência (9 a 11 anos) e adolescência (12 a 14 anos)[...] (CICLO DE FORMAÇÃO HUMANA: Uma Política de Estado, p. 1,2 e 3)

Porém, ao longo dos nossos estudos podemos observar que não obtivemos grandes mudanças no meio educacional brasileiro no que diz respeito à qualidade de ensino, isso pelo fato de que as mudanças que tivemos até o presente momento são superficiais e na maioria dos casos não constitui uma ruptura com a estrutura do sistema seriado.

Tal fato acontece em parte, devido as contradições existentes dentro do próprio sistema ciclado de ensino. Um exemplo desta contradição são os materiais didáticos que ainda são seriados e fragmentados, e que não estão de acordo com a ideia de progressão continuada.

A Secretaria de Estado e Educação de Mato Grosso diz que:

Os conteúdos escolares não podem mais ser ensinados como conhecimentos abstratos, recortados da história e da cultura em que são forjados. Cada vez mais, o raciocínio crítico precisa ser exercitado para que novos conhecimentos possam ser produzidos a partir dos que já existem. (Mato Grosso, 2000, p. 38)

No entanto, na realidade da maioria das Escolas Públicas, de Mato Grosso não têm em vigor esta concepção e, para observarmos este cenário de contradição existente no sistema de ensino fundamental traremos a seguir duas imagens que mostram os sumários de dois livros de Língua Portuguesa. O primeiro é um livro de 2005 destinado a 8ª série e segundo um livro de 2011, que é destinado ao 9º ano.

Sumário	
UNIDADE 1 JUVENTUDE	
CAPÍTULO 1 O JOVEM, O SONHO, A UTOPIA	
O são, o bem, o diferente. Texto de Lúcia Rios	
Estudo do texto	14
Compreensão e interpretação	15
A linguagem do texto	17
Compreensão do texto	18
Tecendo ideias	19
Produção de texto	20
O texto	20
Para escrever com expressão	21
O discurso citado no texto jornalístico	21
A língua em foco	23
As orações subordinadas substantivas	23
Classificação das orações substantivas	24
Orações substantivas reduzidas	27
As orações substantivas na construção do texto	28
Semântica e discurso	29
De olho na escrita	31
Plural dos substantivos compostos	31
Divirta-se	33

Português: Linguagens. 8ª Série

Português Linguagens. 9º ano

Ao observarmos o primeiro capítulo de cada livro, podemos constatar que não há muitas diferenças nos conteúdos trabalhados no antigo sistema seriado, para o conteúdo trabalhado no novo sistema de ciclos. Surge então neste momento a pergunta "o que adianta termos em vigor a progressão continuada, se os materiais didáticos ainda vem seriados e, desrespeitando todas as noções de ciclos de aprendizagem do aluno?".

A resposta para esta pergunta é bem simples. Não adianta nada termos uma nova forma de organização se ainda estamos repetindo as mesmas coisas do passado, a mudança/evolução digamos assim torna-se como já disse anteriormente superficial/formal não alcançando o objetivo principal de que é a qualidade do Ensino que tanto necessitamos hoje em dia.

Para termos noção da complexidade do problema exemplificado aqui, basta observarmos a evolução da sociedade. A sociedade contemporânea com o passar dos anos, vem exigindo que as Instituições de Ensino estejam cada vez mais atentas, não apenas á adequação de conteúdos a realidade, mas também na questão docente, que deve estar atenta às mais variadas metodologias de ensino, buscando sempre maior qualidade aos conteúdos ofertados nas salas de aula.

Diante de tais considerações entendemos que é forçoso questionarmos como os professores se situam em meio à confusão entre Escola Ciclada e Conteúdos Seriados. Entendemos que o problema central origina-se fora das escolas, com os órgãos responsáveis por “controlar” o sistema educacional, que implantam novos modelos de organização educacional sem levar em consideração a realidade, e a diversidade das escolas brasileiras. O resultado destas ações impensáveis são as contradições, como a que nós apresentamos acima e que fazem parte da realidade de muitas escolas do país.

Avançando um pouco mais, chegamos às escolas e aos professores que a nosso ver, não entenderam ou não concordaram com os fundamentos que pautam a prática pedagógica dentro do sistema ciclado e, acabam por acatar uma contradição vinda dos órgãos superiores ou mesmo dão continuidade ao antigo sistema de ensino aumentando ainda mais o problema da educação. No fim das contas, não sabemos o que realmente acontece referente a esta questão dentro das escolas. A única coisa de concreto que podemos observar é a contradição que vem crescendo cada vez mais.

Retomando o foco aos materiais didáticos, podemos observar que estes vêm sendo elaborados e implementados de forma incoerente, pelo fato de ter como base métodos seriados e fragmentados, que não estão de acordo com as ideias de ciclo de aprendizagem e completamente fora da realidade de muitos alunos.

Tendo em vista os fatos apresentados e levando em consideração à educação e a qualidade da mesma, observa-se a necessidade de uma revisão, não apenas do currículo, mas acima de tudo nas estratégias a serem adotadas para que o processo de Ensino possa atender adequadamente às diferenças socioculturais e às demandas específicas de cada grupo que ocupa o espaço educacional.

Outro ponto de grande importância, é que a introdução do material didático, por mais desenvolvido que seja, não tem apresentado resultados

consideráveis nem no ensino, nem na aprendizagem, devido a grande diversidade e as múltiplas realidades que cada núcleo escolar enfrenta.

No entanto, faz-se necessário deixarmos claro que não temos o intuito de discordar do atual sistema de ensino, muito pelo contrário, observamos este sistema como ponto crucial para o fortalecimento da proposta que pretende romper com a seletividade e exclusão instaurada no sistema de ensino, porém para alcançarmos esta meta faz-se necessário rompermos algumas barreiras e eliminarmos traços e contradições deste sistema para termos desta forma um melhor aproveitamento desta proposta.

Além das reformas curriculares, e elaboração de novos métodos didáticos cabe observarmos com muita atenção para a formação dos professores, que são peças fundamentais para a implementação dos ciclos. Como já foi mencionado, em muitos casos vemos que o professor não compreende este novo método que pretende romper barreiras, no entanto, este profissional não pode desenvolver um trabalho para o qual não foi preparado.

Desta forma, faz-se necessário também uma qualificação/especialização dos docentes do ensino fundamental referente às normas e métodos didático pedagógicos da Escola Ciclada, só assim poderemos ter um ensino de qualidade e adequado ao sistema de ensino vigente.

Considerações Finais.

Para conseguirmos compreender os problemas educacionais do Brasil hoje, faz-se necessário buscarmos entender o contexto no qual o Sistema de Educação foi sendo elaborado desde sua implantação no período da colonização. Durante os nossos estudos, podemos observar que este sistema de educação veio sendo estruturado para atender as necessidades de enriquecimento da Metrópole e da economia na colônia.

Durante todos esses anos a Educação no Brasil, veio sendo utilizado como uma ferramenta a serviço das elites políticas e financeiras, em outras palavras, pode-se dizer que a Educação Brasileira ao longo da história, esteve a serviço de diferentes projetos, na Colônia, foi religiosa. No Império foi elitista e na República, esteve atrelada ao projeto de industrialização.

Tendo em mente todos estes acontecimentos podemos chegar a um bom censo e admitir que a situação de crise na Educação Brasileira se origina na sucessão periódica de reformas parciais e frequentemente arbitrárias, lançadas sem solidez e sem uma visão global do problema, em todos os seus aspectos. E por conta destas reformas isoladas e seus resultados insatisfatórios, torna-se comum ouvirmos dizer que a Escola Pública é ruim ou está em crise.

No entanto, observando a evolução da Educação e o contexto de Democratização do Ensino, que almejamos hoje, podemos chegar à conclusão de que temos em mãos uma importante ferramenta de combate à exclusão social e às evasões escolares, no entanto, precisamos rever alguns conceitos e eliminarmos algumas contradições que ainda nos prendem ao passado.

Os alunos de um modo geral, já tem um determinado conhecimento de mundo, conhecimento, este advindo da sua comunidade/grupo social, e quando entram em contato com o processo de Ensino Aprendizagem na sala de aula, acabam se vendo desconexos com a realidade trazida nos materiais didáticos, ou seja, estes materiais trazem realidades descontextualizadas ao meio social destes educandos.

Temos então a instauração de um problema que surge quando a escola passa a trabalhar com materiais fragmentados e desconexos a determinadas realidades sociais, com este ato, a escola passa a comprometer a formação do indivíduo.

Porém, pode-se observar que a escola tem o papel de fazer a criança avançar em sua compreensão de mundo, a partir de seu desenvolvimento já

consolidado e tendo como meta, etapas posteriores, ainda não alcançadas. Vygotsky (1989), caso contrário:

[...] A educação que pura e simplesmente transmite valores asfixia a valoração como ato. O ato de valoração e significação somente se origina na vida concretamente vivida; valores e significados impostos tornam-se, portanto, insignificantes. A educação é, fundamentalmente, um ato carregado de características lúdicas e estéticas. Nela procura-se que o educando construa sua existência ordenadamente, isto é, harmonizando experiências e significações. Símbolos desconectados de experiências são vazios, são insignificantes para o indivíduo. Quando a educação não leva o sujeito a criar significações fundadas em sua vida, ela se torna simples adestramento: um condicionamento a partir de meros sinais. (Duarte Junior, 1981, p. 56)

Em outras palavras poderíamos dizer que a educação tem como dever levar em consideração a realidade existencial do sujeito/aluno. A inovação no processo de ensino aprendizagem deve ser um instrumento capaz de ampliar as possibilidades de conhecimento do aluno, à medida que considere necessária articulação dos conceitos espontâneos (conhecimentos prévios) com os conhecimentos que se deixa levar o aluno a construir (conhecimentos científicos), e que explore as possibilidades de interação intra e intergrupos visando a um trabalho didático capaz de privilegiar a zona de desenvolvimento proximal (ZPD) do aluno.

Vygotsky, assim, enfatiza que a relação ensino e aprendizagem é um fenômeno complexo, pois diversos fatores de ordem social, política e econômica interferem na dinâmica da sala de aula, isto porque a Escola não é uma instituição independente, está inserida na trama do tecido social.

Desse modo, confirmando teoricamente o que já foi dito acima, para se obter um bom resultado no processo de ensino aprendizagem, faz-se necessário levar em consideração a realidade social e o ciclo de desenvolvimento do aluno.

A escola, no entanto deveria se preocupar em buscar materiais que fossem relevantes e contextualizados à realidade de seus alunos, tornando o Ensino o mais natural possível desde as séries iniciais, porém a realidade com que nos deparamos hoje em muitas escolas é muito diferente.

Temos assim, uma Escola que enfatiza o Ensino através de materiais isolados que não levam em consideração o Ciclo de Formação do Indivíduo. Desta forma, quando a Escola trabalha os seus conteúdos de forma fragmentada, sem valorizar o conhecimento que a criança traz de seu Ciclo de aprendizagem, pode estar comprometendo seriamente o desenvolvimento deste determinado aluno.

Para sanarmos este problema torna-se de grande importância, a revisão do trabalho cotidiano que contemple esta nova visão de ciclo de aprendizagem, e traga também uma reorganização dos projetos didáticos atendendo assim a realidade e a diversidade vista nesta nova concepção de ensino como elemento fundamental para um ensino democrático de qualidade.

Faz-se necessário também como já apresentamos acima uma qualificação dos professores visando o preparo adequado do educador e de todos os profissionais ligados à área da educação.

Para finalizar, entendemos que se quisermos encontrar alternativas para melhorarmos a nossa Educação, é preciso iniciar uma grande revisão neste sistema Ciclado, eliminando as diversas contradições sobre o assunto, e organizando debates com os profissionais da Educação, com a finalidade de refletirmos sobre os problemas encontrados e criar novas práticas pedagógicas, que atendam às múltiplas realidades e diversidades culturais existentes em nosso país.

Referências Bibliográficas:

ANTUNES. C. Vygotsky, **quem diria?! Em minha sala de aula.** Fascículo 12. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Pensamento y lenguaje. Obras escojidas. Vol. II, Madrid: Editorial Visor.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL.** História da Educação no Brasil: Período do Regime Militar. Pedagogia em Foco, Vitória, 1993. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb10a.htm>. Acesso em: 8 de Setembro de 2015

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. Lei nº. 9394, de 23 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 23 de Novembro 2015

BRASIL. Educação: **Evasão escolar.** Infoescola, São Paulo, 17 set.2009. Disponível em: < <http://www.infoescola.com/>>. Acesso em: 2 de Agosto de 2015.

CEREJA, William Roberto. **Português: Linguagens,** 8ª Série / William Roberto Cereja, Thereza Cochar Magalhães. – 2. Ed. – São Paulo: Atual, 2002.

CEREJA, William Roberto. **Português: Linguagens,** 9º Ano / William Roberto Cereja, Thereza Cochar Magalhães. – 5. Ed. reform. – São Paulo: Atual, 2009.

CHERVEL, A. (1990). **História das disciplinas escolares:** reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, 2, 177-229.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Mato Grosso). **RESOLUÇÃO NORMATIVA** nº 002/2009-CEE/MT. Estabelece normas aplicáveis para a

Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências.
Disponível em: <<http://www.cee.ms.gov.br>>. Acesso em: 5 jun. 2015.

Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 3474 Vol. Fasc.XI (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>.
Acesso em: 7 de Agosto de 2015.

CORRÊA, Arlindo Lopes (ed.). **Educação de massa e ação comunitária**. Rio de Janeiro: AGGS/MOBRAI. 1979. 472 p.

_____. **Educação permanente e educação de adultos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bloch. Ministério da Educação e Cultura/Movimento Brasileiro de Alfabetização. [197?].

CUNHA, Célio da. **A pedagogia no Brasil**. In: LARROYO, Francisco. História geral da pedagogia. São Paulo: Mestre Jou, 1974. Apêndice, p. 880-915.

DUARTE, Junior, João-Francisco. **Fundamentos estéticos da educação**. / João-Francisco Duarte Jr. - São Paulo: Cortez: Autores Associados; (Uberlândia, MG): Universidade de Uberlândia, 1981.

EDUCACENSO, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2008**. Brasília: 2009.8p.

FREITAS, Olga. **Equipamentos e materiais didáticos**. / Olga Freitas. – Brasília : Universidade de Brasília, 2009. 132 p.

História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Paidéia (Ribeirão Preto) [online]. 1993, n.4, pp. 15-30. ISSN 0103863X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1993000100003>. Acesso em: 2 de Novembro de 2015. Acesso em: 3 de Novembro de 2015.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **Historia da educação brasileira: Leituras/** Maria Lucia Spedo Hilsdorf. São Paulo: Thompson Learning Edições. 2006. 2º.reimp. Da 1º ed. De 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS. Sinopse **Estatística da Educação Básica 1999**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/>. Acesso em: 3 de Novembro de 2015

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Escola Ciclada de Mato Grosso: Novos tempos e espaço para ensinar-aprender a sentir, ser e fazer**. Cuiabá: Seduc. 2000.

Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959. Fernando de Azevedo... [et al.]. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

QUEIROZ, Lucileide Domingos. In: **Um estudo sobre a evasão escolar: Para se pensar na inclusão escolar**. UFMT, Mato Grosso: 2004. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/reunioes/25/lucileidedomingosqueirozt13.rtf>>. Acesso em: 5 de Outubro de 2015.

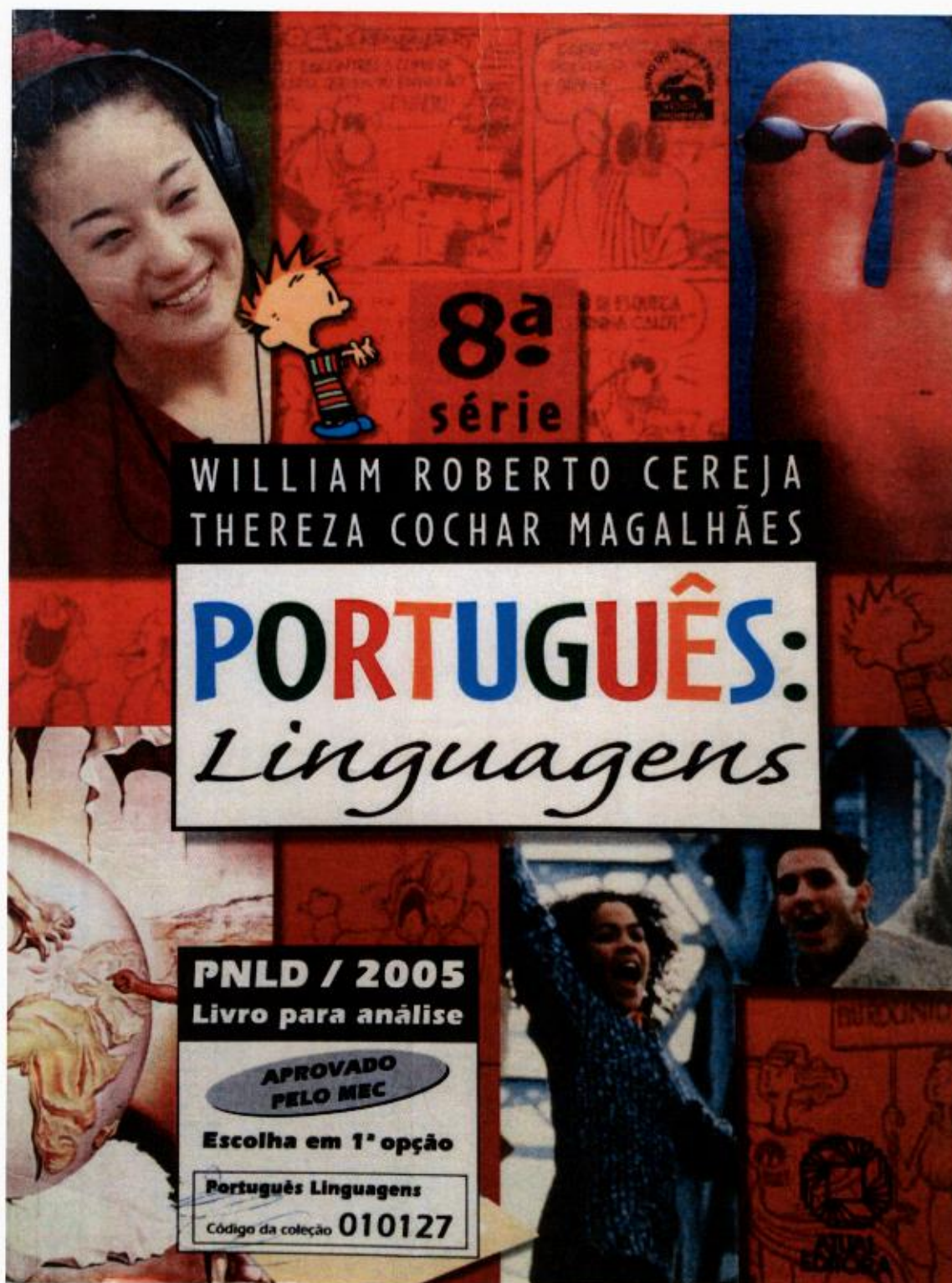
RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. **O espelho da nação: a Antologia Nacional e o ensino de português e de literatura (1838-1971)**. Tese (doutorado). Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política/** Dermeval Saviani- 35 ed. revista- Campinas-SP: Autores Associados, 2002 (Coleção Polêmicas do nosso tempo: vol. 5).

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

Anexos.



Sumário



UNIDADE 1 JUVENTUDE

CAPÍTULO 1 O JOVEM, O SONHO, A UTOPIA

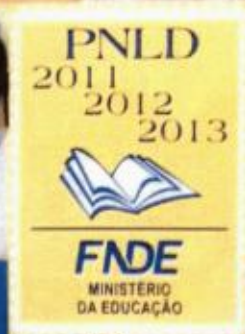
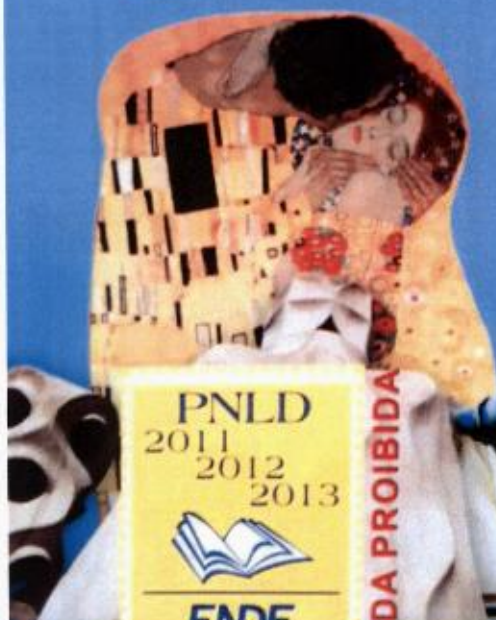
<i>O não, o sim, a felicidade</i> , Ignácio de Loyola Brandão	14
Estudo do texto	16
Compreensão e interpretação	16
A linguagem do texto	17
Cruzando linguagens	18
Trocando idéias	19
Produção de texto	20
O conto	20
Para escrever com adequação	24
O discurso citado: o discurso indireto livre	24
A língua em foco	26
As orações subordinadas substantivas	26
Classificação das orações substantivas	28
Orações substantivas reduzidas	30
As orações substantivas na construção do texto	32
Linguagem e interação	33
Divirta-se	34

WILLIAM ROBERTO CEREJA
THEREZA COCHAR MAGALHÃES

PORTUGUÊS LINGUAGENS

COMPONENTE
CURRICULAR
LÍNGUA
PORTUGUESA
9º ano

9º
ANO



VENDA PROIBIDA

CÓDIGO DO LIVRO: TIPO
24976C0127 L



SUMÁRIO

UNIDADE I — Valores

CAPÍTULO I — A dança das gerações

Pais, Luis Fernando Verissimo

12

Estudo do texto

13

Compreensão e interpretação

13

A linguagem do texto

14

Leitura expressiva do texto

15

Trocando ideias

15

Ler é diversão

16

Produção de texto

16

A reportagem

16

Para escrever com expressividade

21

O discurso citado nos textos jornalísticos

21

A língua em foco

23

As orações subordinadas substantivas

23

Classificação das orações substantivas

24

Orações substantivas reduzidas

27

As orações substantivas na construção do texto

28

Semântica e discurso

29

De olho na escrita

31

Plural dos substantivos compostos

31

Divirta-se

33

Marcelo Marinho



Fernando Gonçales

